

JOSÉ LEBRE DE FREITAS

A AÇÃO EXECUTIVA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2013

.....

8.^A EDIÇÃO

 **GESTLEGAL**

ÍNDICE

•

Prefácio à 8. ^a edição.....	5
Prefácio à 7. ^a edição	7
Prefácio à 6. ^a edição.....	9
Abreviaturas.....	11

I. PARTE GERAL

1. CONCEITO E FINS DA AÇÃO EXECUTIVA	15
1.1. Delimitação	15
1.2. Tipos	19
1.3. Função.....	20
1.4. Normas substantivas e normas processuais.....	27
1.5. O acerto e a execução	31
1.6. Juiz e agente de execução	35
2. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO EXECUTIVA	43
2.1. Pressupostos específicos.....	43
2.2. Pressupostos gerais	48
3. TÍTULO EXECUTIVO	49
3.1. Noção.....	49
3.2. Espécies.....	52
3.3. A sentença condenatória	52
3.3.1. Conceito	52
3.3.2. Trânsito em julgado e liquidez.....	56
3.3.3. A sentença proferida por tribunal estrangeiro.....	60
3.3.4. Despachos judiciais e decisões arbitrais.....	65
3.3.5. A sentença homologatória.....	67

ÍNDICE

•

3.4. O documento exarado ou autenticado por notário ou entidade equiparada	70
3.4.1. Conceito	70
3.4.2. Documento recognitivo.....	73
3.4.3. A promessa de contrato real e a previsão de obrigação futura	73
3.5. Os títulos de crédito	77
3.5.1. O regime anterior.....	77
3.5.2. O título de crédito, enquanto tal.....	79
3.5.3. O título de crédito, enquanto quirógrafo	81
3.5.4. Legalização de documentos estrangeiros	83
3.6. O título executivo por força de disposição especial	85
3.6.1. Títulos judiciais impróprios	85
3.6.2. Títulos administrativos.....	87
3.6.3. Títulos particulares.....	88
3.7. Natureza e função do título executivo.....	90
3.7.1. O título é um documento	90
3.7.2. O título como condição da ação	96
3.7.3. O título e a causa de pedir.....	100
3.8. Consequências da falta de apresentação do título executivo.....	102
3.9. Uso desnecessário da ação declarativa.....	104
4. CERTEZA, EXIGIBILIDADE E LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO	105
4.1. Conceito	105
4.1.1. Introdução	105
4.1.2. A certeza	106
4.1.3. A exigibilidade	106
4.1.4. A liquidez	107
4.2. Regime: certeza e exigibilidade	110
4.2.1. Obrigações alternativas.....	110
4.2.2. Obrigações genéricas	113
4.2.3. Obrigações a prazo.....	113
4.2.4. Obrigações puras	115
4.2.5. Obrigações sob condição suspensiva	115

•

ÍNDICE

4.2.6. Obrigações sinalagmáticas.....	116
4.2.7. Prova complementar do título.....	116
4.2.8. Consequências da falta de certeza ou exigibilidade	119
4.3. Regime: a liquidez.....	120
4.3.1. Os meios de liquidação	120
4.3.2. Liquidação por simples cálculo aritmético	120
4.3.3. Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético	122
4.3.4. Liquidação por árbitros	123
4.3.5. Pedido de entrega de universalidade.....	126
4.3.6. Formação de caso julgado	126
4.3.7. Consequências da iliquidez da obrigação.....	128
5. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL.....	129
5.1. Competência em razão da matéria.....	129
5.2. Competência em razão da hierarquia	131
5.3. Competência em razão do valor	131
5.4. Competência em razão do território.....	132
5.4.1. Tipologia	132
5.4.2. Decisão do tribunal judicial.....	132
5.4.3. Decisão do tribunal arbitral.....	133
5.4.4. Outros títulos.....	134
5.4.5. Sentença estrangeira.....	135
5.5. Competência internacional	137
5.5.1. A lei portuguesa	137
5.5.2. O Regulamento Bruxelas I e a Convenção de Lugano.....	141
5.6. Competência convencional e regime da incompetência relativa	142
5.6.1. Doutrina tradicional	142
5.6.2. A doutrina de Anselmo de Castro.....	143
5.6.3. Regime atual.....	144
6. LEGITIMIDADE DAS PARTES	147
6.1. Quem é parte legítima	147
6.1.1. Critérios de aferição.....	147
6.1.2. Adaptação do regime-regra.....	148
6.1.3. O terceiro proprietário ou possuidor do bem onerado.....	151

ÍNDICE

•	
6.1.4. Terceiros abrangidos pelo caso julgado	155
6.1.5. O Ministério Público	158
6.2. Consequências da ilegitimidade das partes	158
7. PATROCÍNIO JUDICIÁRIO	161
8. PLURALIDADE DE SUJEITOS E PLURALIDADE DE PEDIDOS	163
8.1. Litisconsórcio	163
8.1.1. Litisconsórcio inicial	163
8.1.2. Litisconsórcio sucessivo	166
8.2. Coligação	171
8.3. Consequências da falta de litisconsórcio, quando necessário, e da coligação ilegal	174
8.4. Cumulação simples de pedidos	175
8.4.1. Formas.....	175
8.4.2. Pressupostos.....	176
8.4.3. Consequências da cumulação indevida.....	176
9. FORMAS DO PROCESSO EXECUTIVO	179
9.1. O tipo e a forma do processo	179
9.2. Âmbito das formas processuais	179
9.2.1. Processos especiais	179
9.2.2. Processo comum	181
9.3. Direito supletivo	183

II. PROCESSO ORDINÁRIO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

10. DELIMITAÇÃO	187
11. FASE INICIAL.....	189
11.1. Requerimento inicial e tramitação complementar	189
11.1.1. O requerimento inicial	189

•

ÍNDICE

•	
11.1.2. Tramitação complementar do requerimento inicial	192
11.2. Despacho liminar	194
11.2.1. Tem sempre lugar	194
11.2.2. Aperfeiçoamento e indeferimento liminar	194
11.2.3. Rejeição oficiosa da execução	197
11.2.4. Indeferimento parcial	199
11.3. Citação do executado	200
12. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO	203
12.1. Meio	203
12.2. Fundamentos	204
12.2.1. Na execução de sentença	204
12.2.2. Na execução de outro título	217
12.3. Oposição por requerimento	221
12.4. Processo	224
12.4.1. Natureza	224
12.4.2. Ônus e preclusões	226
12.4.3. Formação de caso julgado	228
12.4.4. Prazo	235
12.4.5. Efeitos da pendência	237
12.4.6. Tramitação	240
13. OBJETO DA PENHORA	243
13.1. Noção	243
13.2. Princípios gerais	245
13.3. Penhora e disponibilidade substantiva	248
13.3.1. Indisponibilidade objetiva	248
13.3.2. Indisponibilidade subjetiva	249
13.3.3. Impenhorabilidade convencional	257
13.4. Impenhorabilidade diretamente resultante da lei	258
13.4.1. Enunciação	258
13.4.2. A satisfação do direito a alimentos	264
•	

ÍNDICE

•	
13.5. Penhorabilidade subsidiária	265
13.5.1. Enunciação	265
13.5.2. Responsabilidade comum e responsabilidade própria dos cônjuges	265
13.5.3. Responsabilidade subsidiária com excussão prévia	273
13.5.4. Dívida com garantia real	277
13.5.5. Bens que respondem em último lugar	278
13.6. A penhora em ação contra o herdeiro	280
13.7. Extensão da penhora	281
13.7.1. Âmbito inicial	281
13.7.2. Sub-rogação	284
13.7.3. Divisão do prédio penhorado	284
14. A FASE DA PENHORA	287
14.1. Atos preparatórios	287
14.1.1. Descoberta dos bens	287
14.1.2. Autorização da penhora	290
14.1.3. Penhoras subsequentes	291
14.2. O ato da penhora	292
14.2.1. Formas	292
14.2.2. A penhora do direito de crédito	295
14.2.3. A penhora do direito a bens indivisos	300
14.2.4. A penhora de direitos ou expectativas de aquisição	301
14.2.5. A penhora de outros direitos	305
14.3. O depositário	305
14.4. O registo da penhora	308
14.4.1. Quando tem lugar e para quê	308
14.4.2. Inscrição em nome de terceiro	309
14.5. Levantamento da penhora	310
14.5.1. Em geral	310
14.5.2. Desaparecimento do bem penhorado	311

ÍNDICE

•	
14.5.3. Paragem da execução	311
15. FUNÇÃO E EFEITOS DA PENHORA	313
15.1. Função da penhora.....	313
15.2. Perda dos poderes de gozo.....	314
15.3. Ineficácia relativa dos atos dispositivos subsequentes.....	317
15.4. Preferência do exequente.....	322
16. OPOSIÇÃO À PENHORA.....	325
16.1. Meios de oposição.....	325
16.2. Oposição por simples requerimento	326
16.3. O incidente de oposição à penhora.....	332
16.4. Embargos de terceiro	335
16.4.1. Terceiro legitimado.....	335
16.4.2. A titularidade do direito de fundo.....	348
16.4.3. Embargos do cônjuge do executado.....	349
16.4.4. Tramitação	350
16.4.5. Natureza.....	354
16.4.6. A formação de caso julgado.....	355
16.5. A ação de reivindicação	357
16.5.1. Sua autonomia.....	357
16.5.2. As interferências do registo.....	359
17. CONVOCAÇÕES E CONCURSO	361
17.1. Convocações	361
17.1.1. Em geral.....	361
17.1.2. Dos credores.....	362
17.1.3. Do cônjuge do executado	365
17.2. Pressupostos específicos da reclamação de créditos.....	368
17.2.1. Enunciação	368
17.2.2. A garantia real	369
17.2.3. O título executivo	375
17.2.4. A certeza da obrigação.....	376
17.2.5. A liquidez da obrigação.....	376
•	

ÍNDICE

•

17.3. A ação de verificação e graduação de créditos.....	377
17.3.1. Fases	377
17.3.2. Articulados.....	377
17.3.3. Verificação.....	380
17.3.4. Graduação	380
17.3.5. Formação de caso julgado.....	385
17.3.6. Estado de insolvência do executado.....	388
18. VENDA EXECUTIVA	391
18.1. Modalidades.....	391
18.1.1. Quais são.....	391
18.1.2. Quando têm lugar.....	393
18.1.3. Dispensa de depósito.....	398
18.1.4. Adjudicação de bens.....	399
18.2. Remição e preferências	401
18.2.1. Direito de remição	401
18.2.2. Direito de preferência	403
18.3. Efeitos	404
18.3.1. O enunciado legal	404
18.3.2. Caducidade dos direitos reais	404
18.3.3. Transferência para o produto da venda	410
18.3.4. Cancelamento de registros.....	412
18.4. Anulação	413
18.4.1. Casos de anulação.....	413
18.4.2. A tutela do comprador.....	413
18.4.3. A tutela de outros interessados	416
18.5. Natureza.....	418
19. PAGAMENTO	421
19.1. Meios de atingir o pagamento	421
19.2. Consignação de rendimentos	422

•

ÍNDICE

•	
19.3. Ordem dos pagamentos.....	424
19.4. Pagamento em prestações.....	425
20. EXTINÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO	429
20.1. Extinção da execução	429
20.1.1. Causas	429
20.1.2. Extinção da obrigação exequenda	429
20.1.3. Outras causas.....	431
20.1.4. Termo do processo executivo.....	432
20.2. Anulação da execução	435
20.3. Renovação da ação executiva	436
20.3.1. Causas	436
20.3.2. A satisfação de prestações vincendas.....	437
20.3.3. A satisfação de crédito reclamado	437
20.3.4. A entrega dos bens ao adquirente.....	439
20.4. Recursos.....	440
20.4.1. Apelação autónoma.....	440
20.4.2. Impugnação não autónoma	441
20.4.3. Revista	442

III. OUTROS PROCESSOS DE EXECUÇÃO

21. A FORMA SUMÁRIA DE EXECUÇÃO COMUM PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA	445
22. O PROCESSO DE EXECUÇÃO COMUM PARA ENTREGA DE COISA CERTA	451
22.1. Delimitação	451
22.2. Características	452
22.3. Tramitação.....	455
22.3.1. Requerimento e oposição.....	455
22.3.2. Convocação do cônjuge do executado.....	460
22.3.3. Apreensão e entrega.....	460
22.4. Conversão da execução.....	465

ÍNDICE

•

23. O PROCESSO DE EXECUÇÃO COMUM PARA PRESTAÇÃO DE FACTO	467
23.1. Delimitação	467
23.2. Prestação de facto com prazo certo.....	469
23.2.1. Direitos do credor perante o incumprimento	469
23.2.2. Posição do devedor em face da execução	475
23.2.3. Termos posteriores quando seja pedida a prestação do facto por outrem.....	477
23.2.4. A conversão da execução.....	479
23.3. Prestação de facto sem prazo certo.....	479
23.4. Violação de obrigação negativa	480
23.4.1. Direitos do credor perante o incumprimento.....	480
23.4.2. A verificação da violação.....	483
23.4.3. Posição do executado face à execução.....	483
23.4.4. Termos posteriores	484
24. PROCESSOS EXECUTIVOS ESPECIAIS.....	485
24.1. Execução por alimentos	485
24.2. Investidura em cargos sociais	486
24.3. Execução por custas e execução de despejo	486
Bibliografia.....	491
Índice.....	501

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt